



Documentos populares e mediação documentária: um olhar à luz do fundamento da mediação da informação e suas dimensões

Henriette Ferreira Gomes

Doutora em Educação, Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, Bahia, Brasil.

Professora titular da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, Bahia, Brasil.

henriettefgomes@gmail.com

<http://lattes.cnpq.br/0013890432793373>



Submetido em: 12/08/2022. Aprovado em: 15/04/2025. Publicado em: 04/09/2025 .

RESUMO

Apresenta um breve histórico sobre a experiência da documentação popular no Brasil, discutindo e distinguindo documentos populares de documentação (mediação documentária), refletindo acerca das relações entre conhecimento, informação, documento e o fundamento da mediação da informação e suas dimensões. Metodologicamente, este trabalho foi realizado por meio da análise hermenêutica da literatura da Ciência da Informação sobre essas temáticas, levantada a partir da Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI) e também publicada em obras referenciais. O principal resultado obtido no estudo consistiu no traçado argumentativo que situa a documentação popular como uma categoria de mediação indireta (implícita) da informação que, para cumprir o objetivo do trabalho com documentos populares de sustentar a comunicação popular visando o processo de conscientização e formação política, deve ser orientada pelo fundamento da mediação da informação e suas dimensões, de modo a garantir o processo de emancipação e de desenvolvimento do protagonismo social.

Palavras-chave: documentos populares; mediação documentária; mediação da informação; dimensões da mediação da informação.

INTRODUÇÃO

Ao tratar da importância do trabalho relacionado à documentação popular, buscase neste texto realizar um breve resgate histórico do processo de inserção do debate dessa temática e da experiência a ela relacionada no desenvolvimento dos movimentos sociais.

O debate avança para discussão sobre a distinção e interligação entre documento popular e sua documentação, com base nos referenciais da Ciência da Informação, que abordam o conceito de documento e a atividade da documentação, situando a mediação documentária no âmbito do fundamento da mediação da informação e suas dimensões.

A compreensão do fundamento da mediação da informação, a adoção da mediação consciente para que as ações mediadoras alcancem as dimensões dialógica, estética, formativa, ética e política da mediação é fundamental para que o trabalho em torno dos documentos populares cumpra a sua intencionalidade de resgate da memória das camadas populares, o compartilhamento das informações registradas nesses documentos e a ampliação do debate acerca das informações que afetam as suas existências.

As reflexões apresentadas foram pautadas na análise hermenêutica dos conteúdos de fontes recuperadas na Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI) e também publicada em obras referenciais que registram a experiência resistente de criação e funcionamento dos centros de documentação e comunicação popular, mas também das fontes que discutem as relações entre documento e documentação, o fenômeno informação e as dinâmicas sociais intervenientes na sua geração, organização, preservação, acesso, uso e apropriação, assim como daquelas que abordam o fundamento da mediação da informação e suas dimensões, que acionam a potência dessas ações no apoio ao protagonismo social.

Para organizar a apresentação dessas reflexões, o texto é iniciado por um breve histórico das experiências brasileiras nas atividades de documentação popular, seguindo para as análises das relações entre informação, documento e documentação, finalizando com o destaque da mediação da informação contida nos documentos populares visando o protagonismo social.

Documentação Popular

As abordagens sobre as possibilidades de trabalho em torno dos documentos considerados populares emergiram como parte dos movimentos de resistência contra a opressão e a subalternização de partes significativas das populações mundiais, integrantes das camadas populares excluídas socialmente.

No Brasil, essa discussão se intensifica na década de 1960, frente à opressão das maiorias subalternizadas que sofriam as consequências de um regime autoritário que, por 21 anos, vigorou no País.

Conforme Abath, Rios e Melo (1995), após o golpe militar de 1964, os movimentos populares e sindicais passaram a desenvolver estratégias e táticas para contribuir com a resistência das organizações sociais.

Entre o final da década de 1960 e início da década de 1970, começaram a surgir os Centros Populares de Documentação e Comunicação (CPDC), às vezes denominados Centros de Documentação e Comunicação Populares (CDCP). Tais centros estavam normalmente ligados aos trabalhos das comunidades eclesiais de base da Igreja Católica, ou foram por elas estimulados, e se tornaram fonte de informação aos agentes sociais que estavam politicamente reprimidos e marginalizados.

De acordo com Ramalho, Melo, Freitas, Moreira e Formiga (1999, p. 3)

Nessa época, a Igreja teve papel fundamental junto aos movimentos sociais, razão que deu origem a diferentes CPDCs, como *Centro Dom Hélder Câmara de Estudos e Ação Social* (CENDHEC), em Olinda; a *Coordenadoria Ecumênica de Serviços* (CESE), em Salvador; o *Centro Pastoral Vergueiro* (CPV), em São Paulo, e na Paraíba, o [centro] *Promoção da Mulher* e o CEDOP, ambos em João Pessoa; o PATAC, em Puxinanã e o SEDUP, em Guarabira.

Em meio à repressão aos movimentos sociais e às ações da Igreja Católica voltadas aos pobres no período ditatorial vivido no País, a 9ª Assembleia Pastoral da Arquidiocese da Paraíba, realizada em 1978, criou o Centro de Documentação Popular (CEDOP) para atuar como um serviço de informação, documentação e publicações populares. A criação desses centros de documentação popular possibilitou um apoio à formação política de parcelas importantes da classe trabalhadora, que se envolveram no fortalecimento do movimento sindical brasileiro e compuseram as bases que se articularam na fundação do Partido dos Trabalhadores (PT) (Rios; Duarte; Melo, 1999).

A organização da documentação popular esteve nesse período histórico ligada à resistência social contra a repressão no Brasil. Mas, segundo Abath, Rios e Melo (1995), quando ocorreu o fim da ditadura militar, a abertura política e o processo de democratização, esses centros de documentação popular foram se transformando em organizações não governamentais (ONG) ligadas a comunidades populares ou focalizada em temáticas relacionadas a grupos marginalizados e subalternizados, a exemplo de associações de mulheres, de pequenos agricultores, movimentos de assentados, movimentos LGBTQIA+, etc.

Os centros populares de documentação, de modo geral, tinham como objetivo a realização de:

- a) mediação documentária;
- b) ações de comunicação;
- c) ações para o processo de conscientização política;
- d) ações de apoio à organização e mobilização popular.

Dessa maneira, fica evidente que a mediação documentária realizada nesses Centros trabalhava a documentação e a compreendiam como parte integrante de um elenco de ações mediadoras voltadas a oferecer subsídios ao fortalecimento das lutas populares.

As tarefas da documentação (mediação documentária) realizadas apresentavam como características básicas a estruturação dos acervos documentais para subsidiar a comunicação com vistas a colaborar nas lutas populares, ficando os centros de documentação populares também responsáveis pela produção cultural através de jornais, audiovisuais, organizações de reuniões, promoção de atividades coletivas para o debate e o processo de formação política.

Em 1977, a *Unesco* instituiu a *Comissão Internacional para Estudos dos Problemas da Comunicação*, que foi presidida pelo irlandês *Seán MacBride* e composta por representantes de outros 15 países, convidados em razão de suas atividades ligadas ao campo profissional e acadêmico que estudavam as questões ligadas às comunicações.

O resultado do trabalho desta Comissão foi a produção do denominado *Relatório MacBride*, mundialmente conhecido sob o título *Um mundo e muitas vozes*, que se transformou em documento oficial da *Unesco*, publicado em 1980 apresentando uma análise quanto aos problemas da comunicação na sociedade contemporânea, focalizando a comunicação de massa, a imprensa internacional e recomendando uma nova ordem comunicacional para superação dos problemas diagnosticados, com a intencionalidade de fazer avançar as iniciativas em direção de uma comunicação focalizada na promoção da paz e do desenvolvimento humano (Camoleze; Cavalcante; Troitiño Rodriguez, 2019).

Em seu diagnóstico, o *Relatório* apontou haver disparidades importantes entre os fluxos de informação existentes das camadas economicamente abastadas e aqueles das camadas populares. Esse resultado identificado foi indistinto entre os diversos países, assim como entre suas respectivas regiões. Enquanto as camadas financeiramente privilegiadas eram determinantes do fluxo e do acesso à informação, as camadas populares estavam situadas à margem desse domínio. Diante disso, esse documento da *Unesco* propôs maior estímulo ao processo de democratização dos processos de comunicação, nos quais os sujeitos sociais pudessem assumir condição ativa. Recomendação que impulsionou a criação de espaços de valorização da comunicação popular e da documentação popular, tutelados pelos próprios movimentos populares.

Nessa direção, em 1979 foi realizada na América Latina, a *Consulta Latino Americana de Documentação e Comunicação Popular*, cujas resoluções subsidiaram a publicação, em 1981, de um texto do *Centro de Documentação Uruguaio*, no qual se passou a adotar a expressão documentos populares em substituição a documentação popular. O texto defendeu que os documentos populares são gerados no desenvolvimento dos movimentos populares, registrando sua história, suas experiências e os saberes produzidos na sua dinâmica, contendo informações por eles produzidas, consistindo a sua produção cultural e também organizacional. Esse texto tornou-se base para a expansão dos processos de comunicação

popular na América Latina, fomentando a produção documental dos movimentos sociais. Nesse sentido, se defendeu que os documentos populares representam elementos essenciais às transformações sociais.

Conforme Camoleze, Cavalcante e Troitiño Rodriguez (2019), no Brasil esse documento da *Unesco* foi traduzido e publicado pelo *Centro Pastoral Vergueiro* em 1982, sob o título *Definição e o conteúdo da documentação popular*, motivando na sequência a publicação da Série Documentação, que reforçou a relevância do trabalho voltado ao processo de documentação (mediação documentária) dos documentos gerados no âmbito das atividades dos movimentos sociais.

O segundo número dessa Série do *Centro Pastoral Vergueiro* (1985) assinalou ainda que a documentação popular corresponde a uma atividade a serviço de uma educação popular voltada ao processo de tomada de consciência das camadas subalternizadas da população, sendo sustentadora das suas ações e organização, como também subsidiária das práticas pastorais, eclesiais, sociais e políticas de resistência à opressão e injustiça social. (Salles, 2012).

Entre os anos de 1986 e 1989, Andrade (1989, 1991) realizou uma pesquisa sobre 18 centros populares de documentação e comunicação, criados na década de 1970 nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. A autora constatou que esses centros nasceram a partir da militância política de egressos do movimento estudantil, que foram reprimidos e perseguidos pela ditadura militar na década de 1960.

Esses egressos do movimento estudantil realizavam atividades de educação popular, adotando o método de alfabetização do educador *Paulo Freire* e se aproximaram das pastorais e das comunidades eclesiais de base da *Igreja Católica*, passando a atuar nesses centros, realizando a mediação documentária sobre os documentos populares, para contribuir com o resgate da história das lutas populares e com a formação política das lideranças populares, acompanhando a conjuntura política e econômica, colaborando com desenvolvimento e fortalecimento dos movimentos sociais. Para tanto, os CPDC também produziam documentos como folhetos, boletins e comunicados, compartilhando informações relevantes para o processo de conscientização e desenvolvimento do exercício da crítica pelas comunidades.

Essa mediação documentária expressava a realidade dessas comunidades, permitindo a restituição da sua história e a história da organização social, evidenciando sua cultura, seu processo de conscientização e o resgate da sua identidade. Assim, a partir das demandas locais, a mediação documentária organizava os documentos populares, preservando a sua memória e potencializando o movimento social e o desenvolvimento do protagonismo social.

Refletindo em torno das contribuições de Andrade (1991), pode-se afirmar que os centros de documentação popular se caracterizavam como:

- a) **ambientes informacionais** que:
 - colecionavam acervos diversos;

– realizavam o processo de mediação documentária a partir da produção local, permitindo sua preservação, recuperação e uso dos documentos produzidos no contexto popular, possibilitando sua memória e sua historiografia;

– desenvolviam atividades voltadas ao encontro com a informação e também com o processo de politização das camadas populares;

b) ambientes populares porque se comprometiam com os interesses dos grupos sociais subalternizados e por se posicionarem em antagonismo aos interesses das classes dominantes;

c) ambientes de comunicação porque estavam comprometidos com o processo de compartilhamento de conhecimentos, experiências e saberes.

Ressalta-se que a produção de documentos na esfera dos movimentos é intensa e diversificada e em diferentes tipologias documentais, já que estes estão vinculados aos movimentos sociais, suas atividades, práticas e suas interações sociais e políticas, vitalmente ligados ao funcionamento e desenvolvimento desses movimentos, cumprindo ainda a missão de preservar sua memória e fortalecer as identidades edificadas ao longo do seu processo de organização.

Almeida Júnior (1997) discorreu, em seu livro *Sociedade e Biblioteconomia*, sobre esses centros de documentação popular, destacando que estes se destinavam à coleta, documentação (mediação documentária) e colecionamento das produções culturais geradas no interior das comunidades, buscando resgatá-las e valorizá-las, representando resistência ao estereótipo que inferioriza a cultura popular e suas formas de vida e expressão. (Trecho dessa obra publicado em dezembro de 2020 no *site InfoHome*).

Por outro lado, Almeida Júnior (1997, 2020) manifestou sua percepção de que a maioria dos centros existentes estavam mais concentrados nos documentos gerados nas experiências reivindicatórias dos movimentos organizados; na produção de documentos que de algum modo traduzissem conteúdos relacionados aos direitos das comunidades, em uma linguagem mais acessível, utilizando dispositivos como histórias em quadrinhos, textos com ilustrações, narrativas de histórias ilustrativas ou exemplares de “[...] problemas trabalhistas, saneamento básico, moradia, saúde, educação etc.” (Almeida Júnior, 1997, p. 58).

Contudo, o autor ressaltou ainda que esses centros também buscavam “[...] propiciar espaços e incentivar a organização da população para debates, discussões e defesa de seus interesses” (Almeida Júnior, 1997, p. 58-59), destacando que

[...] a resistência também pode e deve ter um mínimo de organização. Se a história é contada a partir do ponto de vista do vencedor, nada mais correto do que possibilitar às classes populares condições de construir uma memória documental, tendo como base seus interesses, necessidades, anseios e relacionamentos sociais. A memória assim preservada, torna-se mais um instrumental de defesa e resistência. (Almeida Júnior, 1997, p. 59).

Essas considerações de Almeida Júnior (1997, 2020) tornam evidente que em torno das atividades relacionadas à documentação (mediação documentária) popular, existem questões a serem debatidas pelo campo da Ciência da Informação, de modo que as disciplinas científicas que atuam socialmente com o fenômeno informação, a exemplo da Biblioteconomia, Arquivologia e a Museologia, passem a atuar em uma perspectiva favorável à emancipação social.

Concordando com essa pontuação de Almeida Júnior (1997, 2020), considera-se que a primeira discussão consiste em problematizar a distinção entre documento e documentação (mediação documentária), a segunda refere-se em compreender que essas atividades são ações mediadoras e, neste sentido, remetem ao fundamento da mediação da informação e suas dimensões, de modo que essas ações em torno dos documentos populares e da produção da sua documentação se orientem para a instalação, nos ambientes informacionais erigidos nos espaços populares de sociabilidade, o ambiente do debate, o espaço crítico, de modo que, efetivamente, atuem em favor do desenvolvimento do protagonismo social e da emancipação dos sujeitos sociais. Assim, nas próximas seções deste texto, essas questões são abordadas.

Informação, Documento e Documentação

Ao estabelecer uma discussão acerca das ações de mediação implícita destinadas ao processo de documentação (mediação documentária), torna-se importante demonstrar a distinção entre documento e documentação (mediação documentária), em especial porque os documentos sempre são produzidos no interior das relações sociais, enquanto o mesmo não necessariamente ocorre em relação à documentação (mediação documentária).

Os documentos sempre emergem do social e se apresentam de diversas formas, a depender das condições materiais e das intencionalidades dos grupos sociais que os produzem. Como afirmou Otlet (2018), os documentos consistem nos meios através dos quais os sujeitos representam seus conhecimentos e pensamentos, de modo que estes possam ser comunicados em qualquer tempo e nos mais diversos suportes de registro.

Por outro lado, o processo de comunicação dos conteúdos registrados nos documentos é dependente da documentação (mediação documentária). Nesse sentido, Moura e Lara (2012), ao abordarem o trabalho especializado desenvolvido por Otlet, denominado de documentação, assinalaram que este se concentra em ações realizadas junto aos documentos e destinadas ao processo de comunicação dos seus conteúdos.

Desse modo, pode-se afirmar que os documentos nascem das sociabilidades, das interações sociais, enquanto a documentação (mediação documentária) consiste em um processo especializado cujo objetivo é estender o processo de comunicação, possibilitando que os conteúdos registrados nos documentos possam ser alcançados por sujeitos sociais

em sociabilidades que ocorram em tempos históricos e sociais distintos daqueles do momento da produção dos documentos, tornando, assim, possível a circulação dos conteúdos para além das barreiras físicas, linguísticas e culturais.

A base do processo de documentação (mediação documentária) proposto e experimentado por Otlet, descrito por ele em seu *Traité de documentation*, publicado em 1934, contém um núcleo de ações em torno dos conteúdos dos documentos, que ele denominou de *método documentário*. As ações especializadas que desmembram os fatores intervenientes no problema abordado no texto permitem focalizar e identificar as relações entre eles e a influência sobre o problema e, por fim, aos fatos tratados no conteúdo. O método documentário desenvolvido por Otlet é imprescindível para dar vida à documentação (mediação documentária), que amplia as possibilidades de o documento viabilizar a comunicação, ultrapassando o tempo, o espaço e as realidades históricas, sociais e culturais.

No âmbito dos estudos da Ciência da Informação, a documentação (mediação documentária) foi estudada, distinguindo-se o processo de produção dos documentos por seus autores (a geração dos documentos primários) e o processo de documentação (mediação documentária) em si, que se volta à promoção desses documentos, ampliando suas condições de comunicação, contribuindo ainda para sua conservação e preservação, gerando as condições essenciais à sua recuperação, acesso e uso, atingindo um público leitor em potencial.

Conforme Fondin (2002), a Ciência da Informação focalizou os dois níveis de produção, diferenciando os sistemas documentários primários e secundários, sendo o primário focalizado na produção dos documentos pelos autores, enquanto o secundário atua na conservação e na promoção dos documentos para serem recuperados por seus leitores de interesse direto, como também por futuros leitores, que são seus usuários em potencial.

Fondin (2002) assinala que o autor de um documento produz um documento com a intenção de dar conhecimento aos seus saberes, pensamentos e sentimentos. O autor defende que isso evidencia a intenção comunicativa do produtor de um documento, que carrega um conteúdo deliberadamente colocado em comum, por meio de linguagens que possibilitem a compreensão do leitor desse documento.

Por outro lado, Fondin (2002, *online*, tradução nossa)¹ diferencia o objetivo da documentação (mediação documentária), que é o de dar condições para “[...] o encontro ‘virtual’ de dois mundos: o do autor e o do leitor final [...]” Para esse autor a documentação (mediação documentária) atua no sentido de permitir o encontro do leitor com o conteúdo expresso pelo autor no documento.

Assim, pode-se afirmar que, enquanto o documento é um dispositivo por meio do qual o seu autor comunica algum conteúdo informacional, a documentação, ou mediação documentária, expande as condições da comunicação da informação, não apenas para o leitor imediato, mas também para o leitor virtual, cujos contextos histórico, social e cultural podem ser diversos.

1 Original: “[...] la rencontre « virtuelle » de deux mondes : celui de l'auteur et celui du lecteur final” (Fondin, 2002, *online*).

Por outro lado, ao tratar sobre a intencionalidade de comunicação dos documentos é importante considerar o avanço conceitual de Suzanne Briet (2016) ao defender que há documentos produzidos com a intencionalidade direta de comunicar algo, mas que também existem documentos cuja intencionalidade de compartilhar o seu conteúdo, o seu significado, pode ter sido atribuída posteriormente, a exemplo da intencionalidade comunicativa de retirada de animais do seu *habitat* natural para representar sua espécie no interior de um zoológico. Para Briet (2016), assim como animais expostos no zoológico, as rochas e os minerais expostos em museus geológicos, os animais empalhados integrando o acervo de um museu natural e as fotografias de estrelas em um acervo arquivísticos ou expostas em coleções em acervos de bibliotecas, são documentos.

Concordando, mas expandindo a formulação de Otlet acerca do que seja um documento, Briet (2016) considera documento qualquer tipo de índice concreto ou simbólico, preservado e registrado para representar, reconstituir ou demonstrar um fenômeno material ou imaterial, sugerindo que um objeto pode ser considerado documento, quando produzido ou selecionado e recolhido do seu ambiente com a intencionalidade de se tornar um exemplar, para que se tenha uma materialidade da comunicação do conteúdo representado e a possibilidade de organização dessa representação em um sistema documentário.

Carvalho, Verri e Araújo (2022), ao abordarem o potencial informativo em objetos tridimensionais, defendem que o ser humano criou extensões que permitiram a realização das ações humanas. Desde a criação de ferramentas que facilitaram atividades domésticas, esses objetos tornaram-se indispensáveis à sobrevivência e suas atividades cotidianas. Esses objetos se enquadram na categoria de documentos estabelecidos *posteriori* à sua criação, como defendeu Briet (2016).

Contudo, quando atuamos no processo de documentação (mediação documentária) a partir de objetos populares, torna-se fundamental considerar o que Baudrillard (1993) e Geertz (2008) alertam quanto à função simbólica atribuída aos objetos e documentos.

No processo de documentação atribuímos o valor simbólico, demonstrando que vários documentos e objetos produzidos no seio das organizações populares representam ações e sujeitos integrantes desses contextos, portanto, essa documentação (mediação documentária) potencialmente proporciona condições para a identificação identitária por estarem esses documentos ligados a determinado contexto de interações sociais.

Por outro lado, as abordagens sobre documentos populares e a sua mediação documentária, devem refletir acerca a defesa de Frohmann (2008) quanto ao caráter social, material e público da informação, alertando que o seu registro e a sua preservação são determinados socialmente, estando ela submetida aos interesses e regimes de informação vigentes, podendo tanto conquistar permanência na memória, quanto sofrer apagamento.

As reflexões de Frohmann (2008) possibilitam a retomada das discussões em torno das relações entre linguagem e representação, como elos entre conhecimento e informação. Quando os sujeitos sociais, na busca de ser e conhecer, interagem socialmente e geram o pensar que, por meio da articulação das diversas linguagens, se interliga aos diferentes níveis

de percepção e entendimento, gerando sínteses integradoras acerca do que foi possível compreender (conhecimento). Quando esse conhecimento conquista expressão por meio da articulação de linguagens, a informação conquista materialidade. Caso essa informação materializada através da linguagem seja inscrita em algum tipo de material (algum suporte tecnológico), ela terá conquistado sua fisicalidade. Essa fisicalidade (que também ocorre por meio de suportes eletrônicos) é a condição para a existência dos documentos e também a condição que permitirá a comunicação assíncrona, aquela que ultrapassa a barreira do tempo e dos contextos, assegurando a permanência, retomada, revisão e problematização dos conteúdos informacionais contidos nos documentos.

Ao analisar essas questões que envolvem o documento, a informação e a mediação documentária, torna-se evidente o *locus* da mediação da informação, como um fundamento que deve orientar as ações mediadoras. Na abordagem conceitual de Almeida Júnior (2015, p. 15), a mediação da informação corresponde a

[...] toda ação de interferência – realizada em um processo, por um profissional da informação e na ambiência de equipamentos informacionais – direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; visando a apropriação de informação que satisfaça, parcialmente e de maneira momentânea, uma necessidade informacional, gerando conflitos e novas necessidades informacionais.

Ao observar esse conceito formulado por Almeida Júnior (2015), identifica-se a categoria da mediação indireta (implícita) da informação, na qual se insere a mediação documentária, que se dá sem a interação direta (explícita) entre o mediador e o leitor do documento. Portanto, ao refletir em torno da documentação (mediação documentária), é imprescindível tratá-la como uma das categorias de mediação da informação.

Mediação da informação dos documentos populares visando o protagonismo social

Todo trabalho realizado para organização, preservação, recuperação, acesso e uso dos documentos produzidos no âmbito dos movimentos sociais tem a responsabilidade de contribuir não apenas para o acesso e uso dos seus conteúdos, mas também de colaborar com o processo de apropriação das informações orgânicas desses movimentos, assim como daquelas contidas em outros documentos que podem contribuir para a tomada de consciência e emancipação dos participantes desses movimentos, de maneira a fortalecer o protagonismo social deles.

Como uma categoria de ação mediadora, a mediação documentária (documentação) ao ser desenvolvida em qualquer ambiente informacional precisa ser orientada pelo fundamento da mediação da informação, buscando alcançar as suas cinco dimensões, de maneira que essa ação tenha efetividade e colabore concretamente com o processo de tomada de consciência por parte do sujeito do encontro com a informação, e com o fortalecimento da sua condição de protagonista social, de sujeito emancipado que atue para a transformação social.

Qualquer categoria de ação mediadora, para ser efetiva, precisa ser orientada pelo fundamento da mediação da informação, tornando-se ação consciente, tornando a mediação consciente, outra categoria de ação mediadora explicitada no conceito de Almeida Júnior (2015).

A ação mediadora, conforme defende Gomes (2016, 2017, 2019a, 2019b, 2020, 2021), será consciente quando for planejada, executada e analisada por meio do exercício da *práxis*, assegurando o alcance das dimensões dialógica, estética, formativa, ética e política da mediação da informação.

Ao alcançar essas cinco dimensões, a ação de mediação indireta (implícita) ou direta (explícita) da informação colaborará para o encontro problematizador com as informações contidas nos documentos, contribuindo com o processo de apropriação delas pelos sujeitos desse encontro, o que efetivamente proporcionará condições para o desenvolvimento e/ou fortalecimento do protagonismo social, com um processo de emancipação que assegurará a conscientização permanente, fortalecendo as lutas pela inclusão e justiça social.

Como assinala Gomes (2021, p. 135-136),

[...] a mediação da informação pressupõe agenciamentos sociais que envolvem ambientes de informação, agentes, documentos, processos, técnicas, instrumentos, recursos e estratégias que deixam de ser simples artifícios de transferência de conteúdos informacionais, assumindo a condição de dispositivos mediadores que, visando o apoio ao processo de produção de sentidos, podem ser articulados sob a orientação dos princípios intrínsecos às dimensões da mediação da informação, que na condição de fundamento tem a intencionalidade de promover a ampliação das possibilidades do processo dialógico e problematizador no encontro com a informação, de modo a impulsionar a apropriação da informação.

Observa-se, assim, a base dialógica das ações mediadoras que se desenvolvem conscientemente, possibilitando as trocas intra e intersubjetivas, o que, segundo Gomes (2021), demarca a existência da dimensão dialógica, sustentadora de todas as categorias de mediação da informação. A autora assinala ainda que a dimensão dialógica evidencia o processo dialético como potência a ser acionada pelas ações mediadoras promotoras do encontro problematizador e estabelecimento do espaço crítico, no qual os sujeitos possam experienciar uma ambiência acolhedora ao debate, às manifestações e interpelações de todos envolvidos no encontro.

Conforme Gomes (2016, 2017, 2019a, 2019b, 2020, 2021), quando as ações realizadas no ambiente informacional proporcionam essas condições, a mediação da informação alcança a sua dimensão estética, já que os sujeitos participantes do encontro com a informação vivem a possibilidade de terem suas zonas de desenvolvimento proximal (ZDP) acionadas, situação na qual Vygotsky (1998, 2001, 2003a, 2003b) defende que os sujeitos têm a possibilidade de ressignificação e geração de sentidos, podendo redimensionar seu arcabouço de conhecimentos, saberes e percepções de mundo. Com o alcance da dimensão estética o sujeito do encontro problematizador com a informação experimenta um

processo de desestabilização dos seus conhecimentos e percepções prévias, mas também experimenta o prazer estético que emerge do poder de interpelar, interpretar, formular e criar novos conhecimentos e percepções do mundo e de si próprio.

Quando as ações mediadoras alcançam a dimensão estética, acabam ampliando e consolidando os ambientes informacionais como espaços de sociabilidades, fortalecendo o espaço crítico, o ambiente do debate, do livre pensar, favorecendo o encontro problematizador com a informação, a partir do qual se pode ampliar o exercício do pensamento crítico (Freire 2005, 2008). Situação essencial para que os sujeitos entrem em processo de apropriação da informação, quando as ações de mediação da informação alcançam a dimensão formativa.

Mas é preciso alertar que o alcance das dimensões dialógica, estética e formativa demanda o alcance da dimensão ética, que deve ser entendida como um eixo articulador do alcance das outras dimensões. Gomes (2021, p. 137-138) destaca que:

A perspectiva dialética e interacionista do fundamento da mediação da informação e suas dimensões adquire expressão na abordagem dos aspectos relacionados à diversidade, decorrente do fato de que a informação é um fenômeno social, mas também porque inevitavelmente o encontro com ela instala um espaço de diálogo “interno” e/ou coletivo. O encontro com a informação convoca o espaço dialógico, o encontro das vozes e o exercício da crítica, que são próprios do processo problematizador, o que demanda respeito à alteridade, assegurando a abertura ao contraditório nas comunicações assíncronas e o espaço de expressão e interpelação por todos os participantes nas comunicações síncronas promovidas nos debates no interior dos espaços de sociabilidades. Esses são princípios dialéticos e interacionistas do fundamento da mediação da informação, intrinsecamente expressos na dimensão ética da mediação. Orientados pelo fundamento e sua dimensão ética como eixo articulador das demais dimensões da mediação da informação, os mediadores tomam posição na cena do encontro com a informação, interferem em curadoria sinalizadora de conteúdos de caráter manipulador, combatendo a desinformação e as informações falsas, impedindo manipulações e discriminações nos debates síncronos, conscientemente assumindo sua responsabilidade social de trabalhar para o alcance da dimensão ética na ação mediadora, como eixo capaz de articular e engajar as demais dimensões para uma efetividade da mediação da informação em curso.

Quando as ações mediadoras perseguem o alcance encadeado das dimensões dialógica, estética, formativa e ética da mediação da informação, proporcionam as condições de tornar evidente a sua dimensão política, que ao ser alcançada possibilita o processo de tomada de consciência por parte dos participantes dessas ações, o que desvela a condição sujeitos políticos, sujeitos capazes de agir e transformar o mundo e a si. Por outro lado, Gomes (2021, p. 138) também destaca que:

Ao alcançar a sua dimensão política, a mediação da informação possibilita uma tomada de consciência em torno do fenômeno informação, dos direitos e responsabilidades da própria sociedade em relação a informação, reforçando a impossibilidade de neutralidade tanto na sua concepção, quanto na sua mediação e recepção.

Assim, pontua-se que o trabalho de resgate, organização, preservação e promoção do acesso e uso dos documentos populares, assegurando a memória dos movimentos sociais,

atendendo ainda outra demanda que impulsionou a criação de centros de documentação popular de proporcionar melhores condições de comunicação e tomada de consciência pelas camadas populares, cerceadas do direito de acesso à informação, de produção e disseminação de seus próprios documentos, precisa ser orientado pelo fundamento da mediação da informação e suas dimensões.

O caráter social da informação e o direito de acesso, assim como de produção de itens informacionais (documentos) impõem a necessidade de agenciamentos que abrangem diversos dispositivos como ambientes informacionais, processos, técnicas, instrumentos, produtos e recursos por meio dos quais se possa efetivar a mediação consciente da informação, tanto na esfera da mediação indireta (implícita), na qual se insere a mediação documentária, quanto na esfera da mediação direta (explícita), na qual se promove o encontro problematizador com a informação. Esses agenciamentos precisam se tornar dinâmicos e dialéticos, para efetivamente colaborar com o desenvolvimento e/ou fortalecimento do protagonismo social e da emancipação dos sujeitos sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Encerrando a abordagem deste texto, ressalta-se que as experiências da mediação documentária no âmbito dos movimentos sociais, pautaram-se como ação de resistência à opressão da ditadura militar no Brasil, para resgatar a memória social desses movimentos, de ampliar o processo de conscientização entre as camadas populares.

Em outra perspectiva também se deve ressaltar que, socialmente falando, os documentos podem ser produzidos com determinada intencionalidade comunicativa, mas também podem ter essa intencionalidade atribuída após a sua produção, em um processo de mediação documentária, conforme os interesses dos grupos sociais.

Muitos documentos representativos dos agrupamentos populares podem receber tal atributo posteriormente à sua produção. Compreender isso é relevante para assegurar a memória das lutas populares, como também para contribuir com a organização popular, fomentando a produção de documentos, cuja intencionalidade comunicativa seja estabelecida na sua geração. Isso implica em um trabalho que contribua para a tomada de consciência por parte desses grupos, implica em tornar importante o registro das informações geradas pelo movimento social e outras que, mesmo tendo sido produzidas em outros contextos, são consideradas relevantes aos movimentos sociais.

Por fim, a atividade de mediação documentária precisa ser orientada pelo fundamento da medição da informação e suas dimensões, para que efetivamente possa cumprir a missão social da área da informação de transformar os ambientes informacionais em espaços críticos, aptos a proporcionar o encontro problematizador com a informação, contribuindo para que os sujeitos sociais se apropriem criticamente das informações, desenvolvendo e fortalecendo sua condição de sujeito emancipado que dará vida ao protagonismo social.

REFERÊNCIAS

- ABATH, R. J.; RIOS, G. S. L.; MELO, D. G. P. Intercâmbio em centros de documentação e comunicação popular (CPDCs) no Brasil: um estudo de caso da Região Nordeste. *In: II Encontro nacional de pesquisa e pós-graduação em Ciência da Informação, 2.*, 1995, Valinhos. **Anais [...]**. São Paulo: [S. n.], 1995. p. 42-43. Disponível em: <https://cip.brapci.inf.br/download/174370>. Acesso em: 31 jul. 2024.
- ALMEIDA JÚNIOR, O. F. INFOhome. **Centros de documentação popular**. [S. l.], dez. 2020. Disponível em: https://ofaj.com.br/espacoofajs_conteudo.php?cod=39. Acesso em: 25 jul. 2024.
- ALMEIDA JÚNIOR, O. F. **Sociedade e Biblioteconomia**. São Paulo: Polis, 1997.
- ALMEIDA JÚNIOR, O. F. Mediação da informação: um conceito atualizado. *In: BORTOLIN, S.; SANTOS NETO, J. A.; SILVA, R. J. (org.). Mediação oral da informação e da leitura*. Londrina: ABECIN, 2015. p. 9-32.
- ANDRADE, A. M. C. **Um novo texto no contexto da informação popular**: os centros de documentação e comunicação. 1989. Tese (Tese de Doutorado) – Escola de Comunicação e Arte, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.
- ANDRADE, A. M. C. Novas possibilidades de informação popular. **Revista da Escola de Biblioteconomia UFMG**, Belo Horizonte, v. 20, n. 1, p. 23-41, jan./jun. 1991.
- BAUDRILLARD, J. **O sistema dos objetos**. São Paulo: Perspectiva, 1993.
- BRIET, S. **O que é documentação?** Brasília: Briquet de Lemos, 2016.
- CAMOLEZE, J.; CAVALCANTE, L. E.; TROITIÑO RODRIGUEZ, S. M. Documentos que comunicam: o valor cultural do documento popular. **Conexão: Comunicação e Cultura, Caxias do Sul**, v. 18, n. 36, p. 181-190, jul./dez. 2019.
- CARVALHO, T. E.; VERRI, G. M. W.; ARAÚJO, B. M. Potencialidades de informações em objetos tridimensionais. **Informação e Informação**, Londrina, v. 27, n. 1, p. 82-105, jan./mar. 2022. DOI 10.5433/1981-8920.2022v27n1p82. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/43692/pdf>. Acesso em: 24 jul. 2024.
- FONDIN, H. L'activité documentaire: représentation et signification. **Bulletin des Bibliothèques de France (BBF)**, Paris, t. 47, n. 4, p. 84-90, 2002. Disponível em: <https://bbf.enssib.fr/consulter/bbf-2002-04-0084-002>. Acesso em: 28 abr. 2024.

FREIRE, P. **Conscientização**: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Centauro, 2008.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 43. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FROHMANN, B. O caráter social, material e público da informação. *In*: FUJITA, M. S.; MARTELETO, R. M.; LARA, M. G. (org.). **A dimensão epistemológica da Ciência da Informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Fundepe, 2008. p. 13-37.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008. 323 p.

GOMES, H. F. Comunicação e informação: relações dúbias, complexas e intrínsecas. *In*: MORIGI, V.; JACKS, N.; GOLIN, C. (org.). **Epistemologias, comunicação e informação**. Porto Alegre: Sulina, 2016. cap. 5, p. 91-107.

GOMES, H. F. Informação, estudos e fazeres: travessias assertivas da mediação e suas dimensões como fundamento da Ciência da Informação. **Informação e Informação**, Londrina, v. 26, n. 4, p. 109-145, out./dez. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5433/1981-8920.2021v26n4p109>. Acesso em: 12 mar. 2022.

GOMES, H. F. Mediação consciente da informação; categoria fundante ao protagonismo profissional e social. *In*: SILVA, F. C. G.; ROMEIRO, N. L. (org.). **O protagonismo da mulher na Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação**. Florianópolis: Rocha Gráfica e Editora, 2019a. p. 187-206. Disponível em: <https://www.nyota.com.br/livros>. Acesso em: 27 abr. 2020.

GOMES, H. F. Mediação da informação e protagonismo social: relações com vida ativa e ação comunicativa à luz de Hannah Arendt e Jürgen Habermas. *In*: GOMES, H. F.; NOVO, H. F. **Informação e protagonismo social**. Salvador: EDUFBA, 2017. cap. 2, p. 27-44.

GOMES, H. F. Mediação da informação e suas dimensões dialógica, estética, formativa, ética e política: um fundamento da Ciência da Informação em favor do protagonismo social. **Informação e Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 30, n. 4, p. 1-23, out./dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/57047>. Acesso em: 3 abr. 2021.

GOMES, H. F. Protagonismo social e mediação da informação. **LOGEION: Filosofia da Informação**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 10-21, mar./ago. 2019b. DOI 10.21728/logcion.2019v5n2.p10-21. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/111756>. Acesso em: 20 maio 2020.

MOURA, A. P.; LARA, M. L. G. Construir o edifício documentário: concepções de Paul Otlet para uma ciência e uma técnica dos documentos. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 17, n. 4, p. 2-17, out./dez. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/Nw7DQJKMwxMXqVRF4CwZG3S>. Acesso em: 13 jun. 2024.

OTLET, P. **Tratado de documentação**: o livro sobre o livro: teoria e prática. Brasília: Briquet de Lemos, 2018.

RAMALHO, F. A.; MELO, D. G. P.; FREITAS, A. J. P.; MOREIRA, M. L. N.; FORMIGA, M. S. M. S. Os centros populares de documentação e comunicação no contexto paraibano: elementos para reflexão. **Informação e Sociedade**, João Pessoa, v. 9, n. 1, 1999. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/421>. Acesso em: 25 jul. 2024.

RIOS, G. S. L.; DUARTE, E. N.; MELO, D. G. P. Informação para mudança social. **Informação e Sociedade**, João Pessoa, v. 9, n. 1, 1999. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/422>. Acesso em: 25 jul. 2024.

SALLES, P. R. Um olhar sobre a trajetória do CPV – Centro de Pastoral Vergueiro. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA – ANPUH-SP, 21., 2012, Campinas. **Anais [...]**. São Paulo: ANPUH, 2012. Disponível em: https://www.encontro2012.sp.anpuh.org/resources/anais/17/1342407552_ARQUIVO_artigoCompletoFinalFinal.pdf. Acesso em: 25 jul. 2024.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. Tradução: José Cipolla Neto, Luís Silveira Menna Barreto, Solange Castro Afeche. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

VYGOTSKY, L. S. **Obras Escogidas - II**: pensamiento y lenguaje - conferencias sobre psicología. Madrid: Antonio Machado Libros, t. 2, 2001. (Machado Nuevo Aprendizaje nº 2).

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2003a.

VYGOTSKY, L. S. **Psicologia pedagógica**. Porto Alegre: Artmed, 2003b. Edição comentada.